

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O ano de 2013 se encerra com uma excelente performance da Divisão Automotiva, com muitos desafios ainda a serem enfrentados na Divisão de Logística Integrada e com mudanças no comando da Companhia. Mesmo em um ano de crescimento moderado do mercado automotivo, a Divisão de Logística Automotiva cresceu 19,1% impulsionada por um crescimento de 6,7% no número de veículos transportados alcançado

principalmente por ganhos de *Market Share* e pelo aumento da distância média percorrida em 2,1% provocado pelo aumento do consumo e o crescimento de montadoras fora do eixo Sul/Sudeste. A Divisão de Logística Integrada encolheu 18,9% no ano devido, principalmente, à anulação dos efeitos causados pela perda de clientes importantes em 2012 nas operações de Armazenagem Geral e à perda de

receita na operação de armazenagem alfandegada no Estado do Espírito Santo pela mudança nos incentivos do FUNDAP, compensado parcialmente pelo crescimento em e-Commerce e produtos químicos. O EBITDA da Divisão foi severamente penalizado pelas perdas em e-Commerce e pela elevada capacidade ociosa nas operações de armazenagem, principalmente no início do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	Controladora			Consolidado	
	Nota	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012	01/01/2012
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	161.132	11.397	204.448	12.360
Aplicações financeiras	7	-	45.846	-	54.383
Contas a receber	8	205.519	216.337	338.425	361.666
Partes relacionadas	28	69	14.326	-	-
Estoques (almoxxifado)	9	1.347	1.140	4.184	2.145
Impostos a recuperar	9	10.093	8.345	23.889	21.725
Demais contas a receber	8.447	11.997	29.210	33.686	19.442
Dividendos a receber	-	-	-	-	1.844
Despesas antecipadas	10.414	1.293	1.572	2.555	1.960
Instrumentos financeiros derivativos - swap	14	-	36.912	7.931	42.154
		387.610	347.593	609.659	530.656
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	-	1.917	287	2.081
		387.610	349.510	609.946	532.737
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	61.989	3.835
Partes relacionadas	28	126	-	402	108
Instrumentos financeiros derivativos - swap	14	16.379	7.983	35.462	15.683
Demais contas a receber	11.1	-	20.730	-	20.730
Depósitos judiciais	17	6.193	4.466	18.913	13.005
		22.698	33.179	116.766	53.361
Investimentos	11	229.368	224.093	2.263	3.769
Imobilizado	12	102.002	102.611	194.129	186.506
Intangível	13	159.282	158.227	277.376	251.523
		513.430	518.110	590.537	523.923
Total do ativo		901.040	867.620	1.200.483	1.056.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora			Consolidado	
	Nota	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012	01/01/2012
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	3.914	180.241	83.235	225.287
Fretes a pagar	4	40.301	16.030	56.817	15.188
Fornecedores	4	4.228	7.365	7.480	17.344
Partes relacionadas	28	14.278	641	-	641
Tributos a recolher	15	13.093	11.830	23.505	22.971
Parcelamento de tributos	15	-	940	1.060	1.343
Salários e encargos sociais	16	28.735	25.512	42.636	40.201
Seguros e aluguéis a pagar	3	3.681	2.741	4.279	3.890
Imposto de renda e contribuição social	2	2.628	4.276	-	1.676
Aquisição de controlada preço variável	-	-	-	-	5.059
Demais contas a pagar	19	15.219	30.089	47.352	69.203
		126.677	280.115	266.364	398.631
Não circulante					
Provisão para passivo a descoberto	11.1	-	26.704	-	-
Empréstimos e financiamentos	14	57.061	50.952	156.960	134.942
Contribuições	14	287.845	-	287.845	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	24.846	17.910	34.569	-
Provisões para demandas judiciais	17	3.071	2.856	36.991	26.538
Outros exigíveis a longo prazo	-	-	206	-	-
Opção de compra em controlada	11.1	-	48.467	-	56.576
Aquisição de controlada preço variável	11.1	-	16.552	8.762	13.056
Parcelamento de tributos	15	-	-	7.188	8.246
		372.823	163.441	532.521	242.854
Total do passivo		499.500	443.556	798.885	641.485
Atribuído aos acionistas da controladora	20				
Capital social		144.469	144.469	144.469	144.469
Reservas de capital		175.780	174.815	175.780	174.815
Reservas de lucros		81.570	152.093	81.570	152.093
Ações em tesouraria		(342)	(342)	(342)	(342)
Ajustes de avaliação patrimonial		63	(46.971)	63	(46.971)
		401.540	424.064	401.540	404.086
Participação dos não controladores		-	-	58	(5.938)
Total do patrimônio líquido		401.540	424.064	401.598	398.088
Total do passivo e patrimônio líquido		901.040	867.620	1.200.483	1.056.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação controladores	Total do patrimônio líquido
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Retenção				
Saldos em 31 de dezembro de 2011		144.469	174.055	35	19.381	113.344	(342)	(46.856)
Lucro líquido do exercício		-	-	4.169	45.199	-	-	34.000
Dividendos	20.e	-	-	-	(30.000)	-	-	(64.000)
Variação cambial de investida localizada no exterior		-	-	-	-	-	-	(115)
Plano de opções de ações	20.f	-	725	-	-	-	-	725
Saldos em 31 de dezembro de 2012		144.469	174.055	760	23.550	128.543	(342)	(46.971)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	49.456
Dividendos e juros sobre capital próprio	20.e	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
Opção de compra em controlada	-	-	-	-	(41.115)	47.458	-	6.343
Aquisição de participação dos não controladores	-	-	-	-	(18.864)	(63)	-	(18.927)
Destinação	20.e	-	-	-	46.982	-	-	(46.982)
Constituição de reservas	20.e	-	-	-	-	-	-	(2.474)
Constituição de reserva legal	20.f	-	-	-	-	-	-	(361)
Variação cambial de investida localizada no exterior		-	-	-	-	-	-	965
Plano de opções de ações	20.f	-	965	-	-	-	-	965
Saldos em 31 de dezembro de 2013		144.469	174.055	1.725	26.204	55.546	(342)	63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Tegma Gestão Logística S.A. (a "Companhia") e suas Empresas Controladas (conjuntamente, a "Companhia e suas Controladas") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços de logística no mercado interno e externo em diversas setores da economia, tais como: automotivo, e-commerce, telecomunicações, eletrônicos e informática. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social. A emissão destas demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2014.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação de ativos e passivos financeiros (quando aplicável) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente ou em menor periodicidade quando necessário.

a) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
b) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em Controladas e Controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seriam avaliadas pelo custo ou valor justo.

2.2. Base de contabilidade
Demonstrações financeiras consolidadas: Nas demonstrações financeiras consolidadas as seguintes políticas contábeis são aplicadas: **i) Controladas e Controladas em conjunto:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia e suas Controladas controlam outra entidade. As Controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Elas deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o controle compartilhado com uma ou mais partes. As Controladas em conjunto não são consolidadas e estão apresentadas na rubrica de investimentos e são registradas nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial. **ii) Combinação de negócios:** A Companhia e suas Controladas usam o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação paga pela aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia e suas Controladas. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia e suas Controladas reconhecem a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação da Companhia e suas Controladas, de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia e suas Controladas atribuem valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Controladora e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas Controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das Controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **iii) Transações e participações não controladoras:** A Companhia e suas Controladas tratam as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia e suas Controladas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Quando a Companhia e suas Controladas param de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *"joint venture"* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquele entidade são contabilizados como se a Companhia e suas Controladas tivessem alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.3. Apresentação de relatórios por segmentos: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas Controladas.

2.4. Conversão em moeda estrangeira: **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia e de suas Controladas.

b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais decorrentes com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

c) Empresas Controladas com moeda funcional diferente: As demonstrações financeiras da Tegma Venezuela, única entidade da Companhia, cuja moeda funcional (Bólvor) é diferente da moeda de apresentação, são convertidas na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e empréstimos são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.5. Instrumentos financeiros
2.5.1. Ativos financeiros: Classificação: A Companhia e suas Controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros da Companhia e de suas Controladas compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber, partes relacionadas e caixa e equivalentes de caixa.
a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.
b) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Reconhecimento e mensuração: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas Controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos, bem como uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Impairment de ativos financeiros: Ativos mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia e suas Controladas usam para determinar se há evidência objetiva

de uma perda por "impairment" incluem: a) Dificuldade financeira relevante do emiteu do tomador; b) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; c) A Companhia e suas Controladas, por razões econômicas ou externas em diversos setores da economia, tais como: automotivo, e-commerce, telecomunicações, eletrônicos e informática; d) Considerar: d) Toma-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; f) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (i) Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado consolidado.

2.5.1.1. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos" no passivo circulante.

2.5.1.2. Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a até um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as provisões para créditos de liquidação duvidosa quando requerida (Nota 8).

2.5.2. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia e suas Controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia e suas Controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas-garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas Controladas que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia e suas Controladas não apresentarão nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. **Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos a perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2.5.2.1. Fornecedores e fretes a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	reapresentado
Contas a receber de clientes e demais contas a receber sem classificação externa de crédito					
Grupo 2	132.232	145.051	131.922	143.795	
Grupo 3	58.888	63.812	180.541	188.798	
Grupo 3	14.419	7.474	45.962	29.083	
Total de contas a receber (Nota 8)	205.519	216.337	338.425	361.666	
Demais contas a receber					
Grupo 2 (Nota 5)	8.447	11.987	29.210	33.668	
Partes relacionadas					
Grupo 1 (Nota 28)	194	14.326	402	108	
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (Standard & Pears)					
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 7)	161.132	57.243	204.448	66.743	
Grupo 1 - Composto de montadoras e partes relacionadas, vencidos até 90 dias e a vencer.					
Grupo 2 - Demais clientes vencidos até 90 dias e a vencer.					
Grupo 3 - Clientes vencidos há mais de 90 dias.					

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	reapresentado
Recursos em banco e em caixa	20.465	11.397	21.689	12.360	3.894
Aplicações financeiras	140.667	45.846	182.759	54.383	62.933
	161.132	57.243	204.448	66.743	66.817

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa e balanço patrimonial, o saldo de caixa e equivalentes de caixa consolidado está apresentado líquido do saldo de contas garantidas de R\$ 161.132 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 4.702 em 2012). Durante o exercício de 2013 a Companhia alterou a categoria das suas aplicações financeiras, anteriormente eram representadas substancialmente por CDBs com vencimentos superiores a 90 dias e atualmente representadas por Fundo de Renda Fixa na categoria de comprissimas com liquidez imediata. Essa mudança acarretou na reclassificação das aplicações financeiras para caixa e equivalentes de caixa. As aplicações financeiras estão representadas por Fundo de Renda Fixa, com remuneração entre 75% e 101,5% da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Contas a receber

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	reapresentado
Contas a receber da venda de produtos e serviços:					
• No Brasil	207.766	216.647	345.150	369.748	280.000
• No exterior	-	539	-	539	89
Contas a receber no Brasil / exterior	207.766	217.186	345.150	370.287	280.089
Provisão para devedores duvidosos de contas a receber	(2.247)	(849)	(6.725)	(8.621)	(5.604)
	205.519	216.337	338.425	361.666	274.485

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	reapresentado
Títulos a vencer	125.000	148.333	183.229	243.217	
Títulos vencidos até 30 dias	50.601	52.313	76.724	67.854	
Títulos vencidos de 30 até 90 dias	15.356	8.217	32.367	21.533	
Títulos vencidos de 90 até 180 dias	4.999	2.906	17.061	22.294	
Títulos vencidos há mais de 180 dias	11.810	5.417	35.769	15.389	
	207.766	217.186	345.150	370.287	

O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 45 dias. Porém, devido à necessidade de consolidação de documentação adicional de entrega exigida por determinados clientes, esse prazo pode ser prolongado em até 180 dias, prazo esse considerado aceitável pela Companhia, uma vez que não há histórico de perdas relevantes. Portanto, a Companhia acredita que os recebimentos estão apresentados a valor de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias (90 dias em 2012), efetuando avaliação individual por cliente, conforme base histórica de perda, que totalizava R\$2.247 em 31 de dezembro de 2013 (R\$849 em 31 de dezembro de 2012) na Controladora e, R\$6.725 em 31 de dezembro de 2013 (R\$621 em 31 de dezembro de 2012) no Consolidado. Para avaliação dos créditos de liquidação duvidosa do montante vencido há mais de 180 dias são excluídos os créditos, cujos clientes não possuem histórico de perdas. Esses clientes referem-se substancialmente ao setor automotivo. As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa da Companhia e de suas Controladas estão sendo apresentadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	(849)	(2.103)	(849)	(2.103)
Adições	(2.250)	(3.564)	(2.250)	(3.564)
Reversões	852	(408)	852	(408)
Saldo final	(2.247)	(849)	(2.247)	(849)
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Adições	(8.621)	(5.604)	(8.621)	(5.604)
Reversões	(6.567)	(12.107)	(6.567)	(12.107)
Saldo final	(6.725)	(8.621)	(6.725)	(8.621)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas (despesas), líquidas" (Nota 22). As provisões são geralmente classificadas como perdas efetivas quando não há expectativa de recuperação dos recursos. As reversões de crédito de liquidação duvidosa ocorrem no momento do recebimento do valor provisionado ou havendo a clara evidência que o valor será recebido. A exposição máxima ao risco de crédito na data de aprovação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas Controladas não mantêm nenhum título como garantia.

9. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	reapresentado
INSS a recuperar	5.282	5.266	6.610	7.588	5.332
IRRF sobre aplicações financeiras	3.027	939	3.679	1.363	965
PIS e Cofins	644	1.383	4.383	4.241	611
IRRF sobre serviços e outros	986	249	1.819	942	1.077
ICMS a recuperar	278	396	1.572	1.651	1.149
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	-	4.133	4.979	8.942
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	-	-	-	-	448
Outros	467	112	1.683	981	852
	10.083	8.345	23.889	21.725	18.665

Os valores de impostos a recuperar foram gerados pela própria operação da Companhia e serão compensados com débitos futuros da mesma natureza em curto prazo, desta forma, os valores estão apresentados a valores de realização.

10. Ativos não circulantes mantidos para venda
A Companhia decidiu por não renovar contratos de transportes de cavaco de madeira e de álcool e gasolina de aviação com determinados clientes, por entender que tais operações não apresentavam os níveis de rentabilidade e de geração de caixa exigidos pelos acionistas.

No momento do encerramento desses contratos, a Administração não tinha planos para utilização dos ativos relacionados no restante das operações, tendo classificado esses bens como mantidos para venda.

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	reapresentado
Saldo inicial	1.917	12.522	2.081	12.993	12.993
Baixa por venda (i)	(1.287)	(10.805)	(1.451)	(11.086)	
Transferência do ativo imobilizado (ii)	(630)	-	(343)	574	
Saldo final	1.917	287	2.081	2.081	2.081

(i) No ano de 2013, a Companhia vendeu 5 caminhões no valor de R\$1.104 e 11 semi-remboques no valor de R\$347 (38 caminhões no valor de R\$6.582 e 77 semi-remboques no valor de R\$4.504 em 2012); (ii) A Companhia alterou os planos de venda de um conjunto de equipamentos para a operação de cargas especiais, as quais passaram por adequações a fim de atender a operação, não sendo os mesmos mais elegíveis para venda e, consequentemente, efetuou a transferência dos valores destes ativos para o ativo imobilizado.

11. Investimentos

a) Controladas diretas (integrais e proporcionais):

	Controladora					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
Controlte integral						
Direct Express Logística Integrada S.A. (Direct)	6.740	91.361	98.101	-	92.037	92.037
Tegma Cargas Especiais Ltda. (TCE)	29.478	35.842	65.320	48.027	6.364	54.391
Tegma Logística Integrada S.A. (TLI)	59.596	2.491	62.087	48.126	2.481	50.607
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda (Niyati)	18.979	-	18.979	13.360	-	13.360
PDI Comércio, Indústria e Serviços Ltda. (PDI)	-	37	37	3.633	-	3.670
Tegmax Comércio e Serviços	-	-	-	-	-	-
Automotivos Ltda. (Tegmax)	10.694	-	10.694	1.998	-	1.998
TGI Comércio Atacadista de Peças Automotivas Ltda. (TGI)	-	-	-	2.886	-	2.886
	125.487	100.253	225.740	118.030	100.929	218.959
Controlte proporcional sem consolidação						
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	1.668	1.365	3.033	2.978	1.365	4.343
Tegma Venezuela S.A. (TV)	595	-	595	791	-	791
	2.263	1.365	3.628	3.769	1.365	5.134
Total de investimento controladora	127.750	101.618	229.368	121.799	102.294	224.093

	31/12/2013			31/12/2012		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	1.668	1.365	3.033	2.978	1.365	4.343
Tegma Venezuela S.A. (TV)	595	-	595	791	-	791
	2.263	1.365	3.628	3.769	1.365	5.134

b) Controlada indireta:

	Controladora					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
Trans Commerce Transporte de Cargas Ltda. (Trans Commerce) (i)	11.810	22.267	34.077	6.076	23.659	29.735
	11.810	22.267	34.077	6.076	23.659	29.735

(i) A Direct Express Logística Integrada S.A. passou a deter em 2012, 100% do capital da Trans Commerce Transportes de Cargas Ltda.

c) Movimentação dos investimentos:

	Controladora									
	Direct	TCE	TLI	Niyati	PDI	Catlog	Tegmax	TGI	TV	Total
Em 31 de dezembro de 2011	(14.690)	43.914	27.074	3.180	4.951	3.579	2.413	805	438	71.664
Aumento de investimento	-	6.643	16.471	10.180	-	-	-	-	-	33.294
Equivalência patrimonial	(2.530)	4.581	-	2.140	1.242	(415)	2.081	468	-	7.567
Provisão para passivo a descoberto (12.014)	-	-	-	-	(2.458)	(1.843)	-	-	-	(4.301)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.014)
Dividendos distribuídos antecipadamente	-	-	-	-	(1.000)	-	-	-	-	(1.000)
Transferência para passivo a descoberto	26.704	-	-	-	-	-	-	-	-	26.704
Variação cambial de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(115)
Em 31 de dezembro de 2012	-	48.027	48.126	13.360	3.633	2.978	1.998	2.886	791	121.799
Aumento de investimento	100.000	20.471	5.628	-	-	-	-	-	-	126.099
Equivalência patrimonial (47.693)	(18.549)	(9.001)	(9)	50	(66)	2.297	630	165	-	(27.176)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(1.244)	(419)	-	-	(1.663)
Transferência para passivo a descoberto	(26.704)	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.704)
Transferência incorporação	-	-	-	-	(3.683)	-	7.199	(3.516)	-	-
Variação cambial de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	(361)	(361)
Opção de compra em controlada	(18.863)	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.863)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(381)	(381)
Em 31 de dezembro de 2013	6.740	29.478	59.596	18.979	-	1.668	10.694	-	595	127.750

	Catlog			TV		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	reapresentado	reapresentado
Em 01 de janeiro de 2012	3.579	438	4.017	1.242	468	1.710
Equivalência patrimonial	1.242	468	1.710	(1.843)	-	(1.843)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-
Variação cambial de investimento	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	2.978	791	3.769	(1.115)	-	(1.115)
Equivalência patrimonial	(66)	165	99	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	(1.244)	-	(1.244)	-	-	-
Variação cambial de investimento	-	(361)	(361)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	1.668	595	2.263	-	-	-

d) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

	Quantidade de quotas ou ações possuídas		Participação no capital social	Sim	Não	Consolidação
	31/12/2013	31/12/2012				
Tegma			100,00	Sim	Sim	
Tegma Cargas Especiais Ltda. (TCE)	46.547.849	46.547.849	100,00	Sim	Sim	
Tegma Logística Integrada S.A. (TLI) (iii)	35.699.688	20.999.888				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo mencionada acima. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, os seguintes: • Ter as demonstrações financeiras auditadas em cada encerramento do período; • Não ter dívidas em atraso com as mesmas instituições financeiras credoras; • Alguma restrição para incorporações de empresas e planejamentos societários; • Limites de índices de dívida líquida e grau de endividamento financeiro. Caso as exigências contratuais não sejam cumpridas, a Companhia deverá apresentar garantias adicionais ou efetuar o pagamento em prazo curto dos empréstimos obtidos nesta modalidade. A Companhia vem cumprindo as referidas cláusulas restritivas.

A Companhia e suas Controladas possuem as seguintes linhas de crédito (em Reais) não utilizadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Taxa variável	2.100	3.075	44.500	39.475
Com vencimento em até um ano	-	-	-	-
As linhas de crédito que vencem em até um ano são linhas de crédito sujeitas à revisão anual em diferentes datas durante o exercício de 2013.	-	-	-	-

b) Contratos de "swap" - Taxas de juros: A Companhia e suas Controladas contrataram instrumentos financeiros derivativos com intuito de proteção da variação cambial dos empréstimos adquiridos, trocando a exposição da variação da moeda US\$, mais juros com variação de 2,2% a 3,8% a.a., para o CDI mais juros que variam de 1,25% a 1,75% a.a. Os valores de referência (nacional) dos contratos de "swap" de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2013, correspondem a R\$35.000 (na Controladora) e R\$175.000 (no consolidado). Em 31 de dezembro de 2013, as taxas de juros eram fixas por contrato, variando de 1,25% a 1,75% a.a. e a principal taxa variável era a variação do CDI. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado financeiro, referente a contratos de "swap" de variação cambial até a amortização dos empréstimos bancários (entre julho de 2013 e agosto de 2016). Foi reconhecido no resultado do período um ganho líquido no montante de R\$21.647 (R\$37.693 consolidado) nas rubricas de receitas e despesas financeiras, relativo ao valor justo do instrumento derivativo de swap; o valor justo de "swap" de variação cambial é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

c) Pagamentos de empréstimos: No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos no montante de R\$191.593 (R\$18.040 em 31 de dezembro de 2012) e no Consolidado de R\$231.790 (R\$80.073 em 31 de dezembro de 2012).

d) Debêntures:
Segunda emissão de debêntures: O Conselho de Administração da Tegma, em reunião realizada na data de 12 de dezembro de 2013 ("RCA"), aprovou a realização da segunda emissão, pela Companhia de até 15.000 (quinze mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais) na data de emissão, perfazendo o valor total de até R\$150.000 ("Debêntures"). A emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a serem alocadas em cada série, bem como a quantidade de séries a serem efetivamente colocadas e a respectiva remuneração das debêntures de cada série serão definidos em procedimento de coleta de intenções de investimento. O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª série será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, sob o regime de garantia firme de colocação. O Banco Itaú BBA S.A. será o Coordenador Líder da oferta, que contará ainda com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão integralmente destinados a negócios de gestão ordinária da Companhia, como pagamento de dívidas já contradas pela Companhia e reforço do caixa da Companhia. A liberação da 1ª série ocorreu em 15 de dezembro de 2013 e a 2ª série está programada para abril de 2014.
Primeira emissão de debêntures: O Conselho de Administração da Tegma, em reunião realizada na data de 06 de dezembro de 2012 ("RCA"), aprovou a realização da primeira emissão, pela Companhia de até 20.000 (vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais) na data de emissão, perfazendo o valor total de até R\$200.000 ("Debêntures"). A emissão foi realizada em 2 (duas) séries, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a serem alocadas em cada série, bem como a quantidade de séries a serem efetivamente colocadas e a respectiva remuneração das debêntures de cada série serão definidos em procedimento de coleta de intenções de investimento. O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª série será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, e o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª série será de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, sob o regime de garantia firme de colocação. O Banco BTG Pactual S.A. será o Coordenador Líder da oferta, que contará ainda com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão integralmente destinados a negócios de gestão ordinária da Companhia, como pagamento de dívidas já contradas pela Companhia e reforço do caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava saldo total de debêntures atualizado de R\$ 287.845.

I) Características
Segunda emissão de debêntures: A data de emissão das debêntures foi em 15 de dezembro de 2013. Tipo: simples, não conversíveis em ações. Espécie: quirografária.

Valor nominal unitário: R\$ 10 (dez mil reais) na data de emissão. Quantidade: 15.000 debêntures em até 2 séries, sendo 8.000 debêntures de primeira série e 7.000 debêntures da segunda série, conforme demanda.

Primeira emissão de debêntures: A data de emissão das debêntures foi em 15 de fevereiro de 2013. Tipo: simples, não conversíveis em ações. Espécie: quirografária.

Valor nominal unitário: R\$ 10 (dez mil reais) na data de emissão. Quantidade: 20.000 debêntures em até 2 séries, sendo 6.000 debêntures de primeira série e 14.000 debêntures da segunda série, conforme demanda.

II) Remuneração
Segunda emissão de debêntures
Primeira série: Di+1,75%. Segunda série: Di+1,75%.

Primeira emissão de debêntures
Primeira série: Di+0,84%. Segunda série: Di+0,97%.

III) Pagamento de juros
Segunda emissão de debêntures: Os juros serão pagos semestralmente, nos dias 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano.
Primeira emissão de debêntures: Os juros serão pagos semestralmente, nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano.

IV) Amortização de principal
Segunda emissão de debêntures: O valor nominal das debêntures será amortizado anualmente em 3 parcelas, conforme segue:

Série	Controladora		Consolidado	
	Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado	% de Amortização
Primeira série	1ª	15 de dezembro de 2016	33,33%	100,00%
Primeira série	2ª	15 de dezembro de 2017	33,33%	33,33%
Primeira série	3ª	15 de dezembro de 2018	33,34%	33,34%
Segunda série	1ª	15 de dezembro de 2016	33,33%	100,00%
Segunda série	2ª	15 de dezembro de 2017	33,33%	33,33%
Segunda série	3ª	15 de dezembro de 2018	33,34%	33,34%

Primeira emissão de debêntures: O valor nominal das debêntures será amortizado anualmente em 3 parcelas, conforme segue:

Série	Controladora		Consolidado	
	Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado	% de Amortização
Primeira série	1ª	15 de fevereiro de 2016	33,33%	100,00%
Primeira série	2ª	15 de fevereiro de 2017	33,33%	33,33%
Primeira série	3ª	15 de fevereiro de 2018	33,34%	33,34%
Segunda série	1ª	15 de fevereiro de 2016	33,33%	100,00%
Segunda série	2ª	15 de fevereiro de 2017	33,33%	33,33%
Segunda série	3ª	15 de fevereiro de 2018	33,34%	33,34%

V) Cláusulas financeiras restritivas (covenants): As emissões de debêntures estão sujeitas à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/EBITDA ajustado igual ou inferior a 2,50 e EBITDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

15. Parcelamento de tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Parcelamento especial - PAEX/PAES/REFIS	-	940	8.248	12.188
Passivo circulante	-	(940)	(1.080)	(2.243)
Passivo não circulante	-	-	2.188	8.246
Total	-	-	2.188	10.845

O saldo do parcelamento em 31 de dezembro de 2013 está sujeito aos seguintes encargos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
TJLP	-	940	-	10.735
SELIC	-	-	8.248	9.536
Total	-	940	8.248	12.188

Como consequência da adesão aos parcelamentos, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente alcançados.

16. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para férias	11.862	10.109	19.538	18.373
Provisão para gratificações e participação nos lucros	9.374	8.546	11.792	10.861
INSS	4.164	5.199	6.484	8.567
FGTS	1.489	971	2.028	1.524
Salários a pagar	-	-	185	196
Outras	1.846	687	2.609	680
Total	28.735	25.512	42.636	40.201

17. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais
A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento que totalizam, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 59.377 (consolidado - R\$ 245.954), e está discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração na medida em que há expectativa de desembolso futuro, amparada em opinião de seus consultores jurídicos externos.

As provisões constituídas e correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas e previdenciárias	5.788	4.290	3.071	2.855
Tributárias	305	80	-	-
Cíveis	100	96	-	1
Total	6.193	4.466	3.071	2.856

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas e previdenciárias	18.294	12.823	6.644	33.055
Tributárias	316	80	200	105
Cíveis	303	102	167	16
Tributárias - Auto infração ISS	-	-	3.814	3.611
Total	18.913	13.005	7.011	36.991

Provisões para demandas judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas e previdenciárias	18.294	12.823	6.644	33.055
Tributárias	316	80	200	105
Cíveis	303	102	167	16
Tributárias - Auto infração ISS	-	-	3.814	3.611
Total	18.913	13.005	7.011	36.991

Do total das provisões que a Companhia mantém registradas em suas provisões para demandas judiciais, em 31 de dezembro de 2013 R\$ 20.143 (R\$ 19.019 em 2012) estão relacionados à empresa Direct Express Logística Integrada S.A., empresa controlada, sendo constituída de provisões trabalhistas R\$16.329 e tributárias R\$3.814. As demandas judiciais por classificação de risco podem ser assim apresentadas: (a) Perda provável - R\$3.071 (consolidado - R\$36.991); (b) Perda possível - R\$ 3.828 (consolidado - R\$ 123.033); e (c) Perda remota R\$ 24.478 (consolidado - R\$ 85.930).

Passivo contingente: De acordo com os contratos de compra e venda das empresas Controladas Tegma Cargas Especiais Ltda., Tegma Logística Integrada S.A. e PDI Comercio, Indústria e Serviços Ltda., os acionistas ou quotistas vendedores são solidários e ilimitadamente responsáveis por todas as demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, as quais totalizam R\$48.086.

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 3% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar	-	-	36.191	9.054
Base negativa da contribuição social	-	-	13.235	3.424
Ajuste de taxa efetiva projetada	-	-	-	2.050
Diferenças temporárias	9.455	13.671	14.612	20.502
Benefício fiscal do ágio na incorporação (i)	-	-	-	26.684
Atualização de preço variável sobre aquisição de controlada	-	4.410	-	4.410
Provisões para PLR e gratificação	1.926	2.906	2.652	3.572
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	443	42	1.850	1.892
Provisões para demandas judiciais	1.044	971	8.047	7.409
Provisões para fretes a pagar	1.359	-	5.206	-
Provisões para indenizações	-	-	2.874	-
Outras	6.532	5.507	10.850	14.552
Subtotal	20.759	27.507	95.517	66.429
Amortização de ágio fiscal (ii)	(31.994)	(24.057)	(35.578)	(24.057)
Diferença de taxa de depreciação (iii)	(8.042)	(6.096)	(16.016)	(15.292)
Swap	(5.569)	(15.264)	(14.754)	(18.753)
Outras	-	-	(4.432)	-
Subtotal	(45.605)	(45.417)	(68.097)	(62.594)
Total	(24.846)	(17.910)	27.420	3.835

(i) Benefício fiscal do ágio na incorporação (ii) Amortização de ágio fiscal (iii) Diferença de taxa de depreciação

(i) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre incorporação reversa de controladas;
(ii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a amortização para fins fiscais do ágio apurado na aquisição de controladas;
(iii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a diferença de depreciação de bens do ativo imobilizado pela aplicação de taxas de depreciação diferentes para fins fiscais e contábeis.

A segregação do imposto de renda e contribuição social diferidos entre ativo e passivo por empresa está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	20.759	(45.605)	-	(24.846)
Tegma Logística Integrada S.A.	10.974	-	10.974	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	373	-	373	-
Direct Express Logística Integrada S.A.	58.389	(12.769)	45.620	-
Trans Commerce Transporte de Cargas Ltda.	5.022	-	5.022	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	-	(9.723)	-	(9.723)
Total	95.517	(68.097)	61.989	(34.569)

Os valores dos ativos em 31 de dezembro de 2013 apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	-	-	-
2014	6.832	-	12.540	-
2015	6.832	-	12.540	-
2016	2.365	-	8.072	-
2017	2.365	-	7.948	-
2018	2.365	-	7.948	-
2019	-	-	1.755	-
Após 2020	-	-	44.714	-
Total	20.759	-	95.517	-

Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro. Considerando a ausência de histórico de lucratividade da controlada Tegma Cargas Especiais Ltda., não foram reconhecidos os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$12.674 em 31 de dezembro de 2013 (R\$10.599 em 31 de dezembro de 2012), com relação a prejuízos fiscais no montante de R\$37.276 em 31 de dezembro de 2013 (R\$31.374 em 31 de dezembro de 2012).

19. Demais custos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Movimentação de veículos	3.303	168	3.438	203
Pedágio	2.956	2.778	3.254	3.098
Aluguel	2.129	1.151	1.976	1.496
Seguros	1.184	2.122	4.079	2.229
Comunicação dados e voz	1.026	944	2.032	2.094
Benefícios (i)	631	1.334	1.895	2.931
Serviços de consultoria	592	231	746	1.084
Manutenções diversas	336	139	1.266	1.586
Fretes (ii)	-	4.396	-	16.746
Cheques a pagar (iii)	-	13.564	-	13.564
Combustível	-	5	973	1.647
Indenizações a pagar	-	-	10.782	10.671
Adiantamento para vendas de ativos	-	-	-	4.050
Aquisição de ativos	-	-	-	3.568
Outros</				


CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Fernando Luiz Schettino Moreira

Membro Titular e Presidente do Conselho de Administração

Evandro Luiz Coser

Membro Titular e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Orlando Machado Júnior

Membro Titular do Conselho de Administração

Mário Sérgio Moreira Franco

Membro Titular do Conselho de Administração

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos

Membro Titular do Conselho de Administração

(Conselheiro Independente)

DIRETORIA
Fabio Murilo Costa d'Ávila Carvalho

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Luiz Otavio Pessoa da Silva

Diretor Administrativo Financeiro

Elisabete Pereira de Souza

Diretora

CONSELHO FISCAL
Manuel Jeremias Leite Caldas
Mauro Stacchini Jr.
Rubens Barletta
CONTADOR
Sandro Peixoto da Silva

CRC 1SP 245724/O-7


DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, os diretores da Tegma Gestão Logística S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 02.084.220/0001-76, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Bernardo do Campo, 26 de março de 2014

DIRETORIA
Fabio Murilo Costa d'Ávila Carvalho - Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Luiz Otavio Pessoa da Silva - Diretor Administrativo Financeiro

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, os diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, emitido nessa data, e com demonstrações contábeis relativas período encerrado em 31 de dezembro de 2013. São Bernardo do Campo, 26 de março de 2014

DIRETORIA
Fabio Murilo Costa d'Ávila Carvalho - Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Luiz Otavio Pessoa da Silva - Diretor Administrativo Financeiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Tegma Gestão Logística S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia (controladora e consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores

Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em 24 de março de 2014, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação do lucro do exercício, incluindo a distribuição antecipada de dividendos e dos juros sobre o capital próprio e o orçamento de capital estão

em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral. São Paulo, 24 de março de 2014

CONSELHEIROS
Manuel Jeremias Leite Caldas
Mauro Stacchini Jr
Rubens Barletta

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Tegma Gestão Logística S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tegma Gestão Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do

juízo do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tegma Gestão Logística S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tegma Gestão Logística S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tegma Gestão Logística S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Apresentação das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tegma Gestão Logística S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos

em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, em decorrência da mudança de política contábil a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as suas controladas em conjunto; os valores consolidados relativos ao balanço patrimonial em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Building a better working world

Fernando Próspero Neto

Contador CRC 1SP-189.791/O-0

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-015.199/O-6

São Paulo, 24 de março de 2014.

Marcio D. Berstecher

Contador CRC-1SP-259.735/O-2